http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/a-inundacao-que-nao-passa/

A inundação que não passa: impactos psicossociais e desafios da vida escolar pós-enchente

Rosana Aparecida Fernandes[1]

Beatriz Garcia Lúcio[2]

Caroline Nogueira Haas[3]

RESUMO: Todos os dias, de um jeito ou de outro, em distintos lugares do planeta, eventos climáticos extremos se impõem a todos nós e requerem outros modos de vida, outras concepções de cidades e de conexões com o planeta, outros modos de pensar e de fazer ciências. Em maio de 2026, completaram dois anos que o Rio Grande do Sul foi devastado por enchentes, inundações e alagamentos. Vidas, cotidianos, casas, escolas, edifícios e estabelecimentos de diversos tipos ficaram semanas mergulhados nas águas turvas e escuras dos rios. Ter vivido e ter acompanhado os muitos modos de ser atingido por uma enchente nos colocou diante do desafio de atuar, através da Extensão Universitária, em Educação Ambiental e Climática. Há modos de pensar a vida na Terra que precisam ser questionados, e há um imaginário a ser fertilizado com outros modos de pensar e de estar no mundo. É em escolas e espaços de educação que nós aprendemos muito do que compreendemos do mundo e de seu funcionamento, e é por meio de uma Educação Ambiental e Climática que poderemos criar outros modos de pensar e de nos relacionarmos com a Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Climática e Ambiental. Filosofia Ambiental. Pedagogia de Emergência.

The never-ending flood: psychosocial impacts and challenges of post-flood school life

ABSTRACT: Every day, in one way or another, in different places across the planet, extreme weather events impose themselves upon us and require alternative ways of life, new concepts of cities and connections with the planet, as well as new ways of thinking about and practicing

science. In May 2026, two years have passed since Rio Grande do Sul was devastated by deluges, floods, and inundations. Lives, daily routines, homes, schools, buildings, and establishments spent weeks submerged in the murky, dark waters of the rivers. Having lived through and witnessed the many ways of being affected by a flood placed us before the challenge of acting through University Extension in Environmental and Climate Education. There are ways of thinking about life on Earth that need to be questioned, and there is an imaginary to be fertilized with other ways of thinking and being in the world. It is in schools and educational spaces that we learn much of how we understand the world and its workings, and it is through Environmental and Climate Education that we will be able to create other ways of thinking and relating to the Earth.

KEYWORDS: Climate and Environmental Education. Environmental Philosophy. Emergency Pedagogy.

> Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade.
> Ailton Krenak (2019, p. 16)

O semestre letivo da UFRGS estava em curso, com apenas 1 mês e 15 dias de aulas cursadas, quando o Rio Grande do Sul foi devastado por 16.862 deslizamentos de terra, enchentes, alagamentos, inundações. Mais de 2 milhões de pessoas foram diretamente afetadas: das 497 cidades do estado, 478 foram afetadas, quase 100 mil famílias ficaram sem casa, e 10.600 propriedades rurais foram atingidas. Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul e Roca Sales estão entre as cidades mais arrasadas.

As chuvas tiveram início no final de abril de 2024. As aulas da UFRGS foram suspensas no dia 4 de maio e retomadas no dia 29 de junho. Fiz, então, enquetes no Moodle para mapear as condições de retorno presencial às aulas:

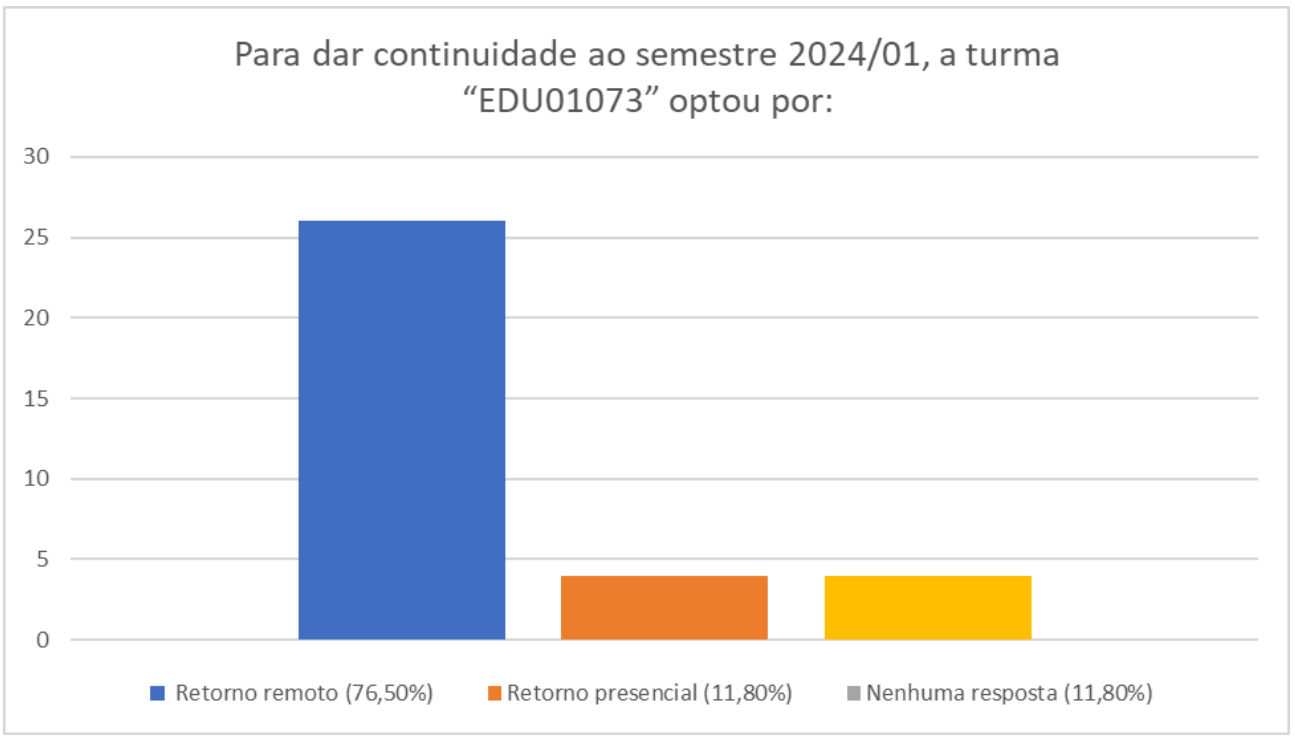


Figura 1 – Gráfico representativo de enquete feita no Moodle UFRGS

Fonte: Moodle UFRGS (2024)

De 34 estudantes de uma das minhas turmas, apenas 4 poderiam voltar às aulas presencialmente; 4 não retornaram, evadiram; e 26 estavam impossibilitados de voltar às aulas presencialmente. Os motivos do não retorno presencial iam desde a necessidade de reconstruir suas casas e vidas até a falta de transporte. O Trensurb, que liga Porto Alegre às cidades metropolitanas, ficou meses sem funcionar e só voltou a operar totalmente após 15 meses. Além disso, o transporte rodoviário não era uma opção viável para a maioria da turma, pois as passagens de ônibus são caras e a frota disponibilizada pelas prefeituras não supria a demanda das regiões atingidas.

Até a decisão de finalizar o semestre remotamente, eu recebia diariamente vários e-mails e mensagens de WhatsApp de estudantes dizendo:

> Professora, não terei como comparecer presencialmente às aulas, em razão dos seguintes fatos: não tenho como me deslocar para a UFRGS, porque dependo do Trensurb; outro fator de impedimento é que minha casa foi bastante atingida e preciso fazer reparos na sua estrutura e continuar a limpeza; já solicitei o restabelecimento da internet para a minha operadora, contudo, hoje, ao retornar para casa, constatei que a minha residência está sem energia elétrica, dessa forma, vou ter que verificar quais são os danos

> elétricos, e como voltar a utilizar o Wi-Fi; estou usando os meus dados móveis do celular para mandar esse e-mail; além de todos esses fatores, estou bastante abalada psicologicamente. (informação verbal)[4]
>
> Professora, só hoje consegui me livrar dos entulhos na calçada. Tive que pagar um caminhão e uma retroescavadeira para a remoção. Foram 3 cargas de caminhão e 2 horas de retroescavadeira. Nunca pensei que isso seria tão difícil. O descaso da prefeitura com a população é imenso. Estou em luto. (informação verbal)[5]
>
> Professora, eu não tenho como voltar ao presencial por dois motivos pontuais: primeiro, meu deslocamento é via Trensurb, e a via Canoas-Porto Alegre continua obstruída; segundo, ainda não retornei para casa, o que pretendo fazer em breve. Ficarei acompanhando a reforma da minha casa. Já consegui um pedreiro. As paredes necessitam de novo reboco. Tem muita coisa a ser feita. Continuo na limpeza. O lado positivo é que minha internet já foi restabelecida, e poderei acompanhar as aulas remotamente, realizar as atividades propostas e estar ao mesmo tempo acompanhando a reforma. (informação verbal)[6]

Além das mensagens, eu recebia fotos das casas, ruas, abrigos e escolas em que as alunas e os alunos estagiavam.

Diante disso tudo, eu me perguntava sobre como retomar, pois muitas ações planejadas para o semestre não faziam mais sentido; outras, contudo, tornaram-se literais e se impuseram vertiginosamente diante de nós. Quando o semestre foi interrompido, estávamos estudando conceitos como os de Antropoceno, mudança climática e fim do mundo. Tínhamos lido *Ideias para adiar o fim do mundo*, do Ailton Krenak, e estávamos iniciando o trabalho com o livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, da bell hooks, nos colocando, justamente, perguntas como: "O que significa ensinar a transgredir hoje?", "Por que precisamos, urgentemente, de outras formas de nos conectar com florestas, rios e montanhas?" e "Qual é o lugar da Educação na criação de outros imaginários e de outros mundos?"

E aí vieram as chuvas, e tivemos as nossas aulas, vidas, cidades, escolas e casas atravessadas por muita água, destruição, insegurança, além de muitas perguntas. O fim do mundo sobre o qual Ailton Krenak nos alertava semanas antes tornou-se esse que a gente viveu no Rio Grande do Sul. Não há um fim do mundo cinematográfico, com meteoros ou alienígenas; o que há é uma conexão direta entre ação humana e mudança climática, emissão de gases poluentes na atmosfera e aquecimento global, e flexibilização das leis de proteção ambiental e impactos nos ecossistemas.

Então, encerramos o semestre remotamente: convidamos o Defensor Público da União Renato Vinhas para uma aula sobre a *Caravana de Direitos: Direito e Educação*; depois, uma aula com o Prof. Dr. Wanderson Luiz Silva (UFRJ) sobre *Elementos climáticos e aspectos fisiográficos: interações e eventos extremos*; outra sobre *Impacto ambiental: o que se desloca?*, com a Profa. Dra. Bernardina Leal, assessora de Memória e de Cultura da Defensoria Pública da União; por fim, uma aula sobre *Desastres Naturais e Saúde Mental*, com o Prof. Dr. José Menna Oliveira, médico psiquiatra. Essas aulas remotas esclareceram muitas questões que tínhamos e nos deram ferramentas para pensar o acontecido e compreender o tanto que teremos que caminhar, enquanto instituição e profissionais da educação, para atuar antes, durante e depois de eventos climáticos e meteorológicos extremos.

Paralelamente à comunidade acadêmica e às aulas afetadas na UFRGS, os impactos nas redes de ensino dos municípios e do estado foram imensos e com amplas consequências. Por meses, tivemos dificuldade em mapear os dados de escolas e estudantes da Educação Básica afetados; além disso, tivemos que lidar constantemente com divergências ou incompletudes nos dados encontrados. Secretarias de ensino e órgãos distintos apresentavam dados que, não raro, demonstravam diferenças assustadoras entre si.

Em junho de 2025, um ano após as enchentes no Rio Grande do Sul, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o *Relatório Final da Subcomissão Especial para Acompanhar os Impactos da Tragédia Ambiental sobre a Comunidade Educacional do Rio Grande do Sul* (REL 1/2025 CE). Apresentado pela deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), o documento apontou que 1.106 escolas estaduais (47,1% do total) e 644 escolas municipais foram afetadas. A interrupção das aulas atingiu entre 400 mil e 428 mil estudantes, havendo divergências nos registros oficiais: a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) contabilizou 358 mil alunos, enquanto a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG/RS) registrou 428.322. As discrepâncias encontradas nos registros oficiais dificultavam o mapeamento do real impacto das enchentes nas redes de ensino, evidenciando a escassez de indicadores consistentes para orientar o planejamento da reconstrução e a mensuração dos danos, além de comprometer a transparência e a comparabilidade das estatísticas oficiais. A fragilidade no monitoramento dos dados consolidados expõe a ausência de um plano estadual de contingência estruturado, caracterizando uma gestão reativa — e não preventiva — diante de desastres anunciados. O

relatório destacou também problemas como a evasão escolar e a alta abstenção no ENEM de 2024 (que registrou 52% de ausências no estado, o dobro da média nacional de 26%).

De acordo com o boletim da SEDUC/RS publicado em 25 de maio de 2024, a retomada das aulas ocorreu de forma heterogênea: 74,9% (1.752) das escolas estaduais haviam retornado às atividades, enquanto 25,1% (588) permaneciam paralisadas — das quais 233 não apresentavam previsão de retorno. O REL 1/2025 CE apontou que, em agosto de 2024, 11.519 estudantes ainda dependiam de atividades integralmente a distância. Essa interrupção prolongada comprometeu não apenas o desenvolvimento pedagógico, mas também o acesso a direitos fundamentais, como alimentação, segurança e convivência social.

Em meio às dificuldades para localizar informações precisas sobre o número de escolas atingidas e de estudantes sem aulas, e diante do desalinhamento entre os dados dos próprios órgãos governamentais, nos perguntamos: por que encontrar dados consistentes sobre escolas e estudantes atingidos pelas enchentes é tão difícil? O que estamos identificando é a ausência de diagnósticos consistentes sobre a evasão escolar e a precariedade estrutural das instituições ou é a ocultação dessas informações? Por que o Estado falhou em realizar e divulgar, prontamente, levantamentos oficiais sobre os prejuízos gerados pelas enchentes nas redes de ensino — ferramentas indispensáveis tanto para nortear as obras de reconstrução quanto para mitigar os impactos?

Muitas vezes, as informações mais importantes para o planejamento de ações chegavam ao nosso conhecimento por canais informais, como conversas com professores, gestores de escolas e estagiários de Pedagogia. Um encontro casual frequentemente nos trazia mais detalhes sobre as realidades das escolas do que buscas intermináveis em sites governamentais. O “Câmera Causa na Escola #2”, por exemplo, por meio de produções audiovisuais realizadas por estudantes e professores entre junho e agosto de 2025, retratou o cenário de três escolas municipais de Porto Alegre fortemente afetadas — a EMEF Migrantes (Anchieta), a EMEB Liberato (Sarandi) e a EMEF João Goulart (Sarandi) — e contou histórias que os dados oficiais não contam (Festival Câmera Causa na Escola #2).

Ter vivido e acompanhado os muitos modos de ser atingido por enchentes, inundações e alagamentos nos colocou frente ao desafio de criar novas formas de fazer ciência, outras éticas, estéticas, políticas, epistemologias, ontologias e novas compreensões de educação. E foi em

resposta às exigências que se impuseram a nós que criamos uma ação de extensão para trabalhar a Educação Ambiental e Climática. Nos perguntávamos, como professoras: o que profissionais da educação podem fazer diante de eventos climáticos extremos e no âmbito da Educação Ambiental e Climática? Quais pedagogias, estratégias e propostas podem nos instrumentalizar e nos qualificar para assumirmos a responsabilidade de estar junto a crianças, jovens, escolas e comunidades que sofreram os traumas e as perdas decorrentes de eventos climáticos e meteorológicos extremos? Há modos de pensar a vida na Terra que precisam ser rompidos e questionados, e há um imaginário a ser fertilizado com outros modos de pensar e de estar no mundo — outros vínculos com a Terra. Por onde tecer nossas pesquisas em educação, hoje, para estabelecer outras relações com a comunidade escolar, com as crianças, os jovens, as escolas, os rios e as montanhas, e, assim, construir outros conhecimentos?

A catástrofe socioambiental que vivemos é um ultimátum que se impõe a cada uma de nós, docentes e estudantes. É nas escolas e nos espaços de educação que aprendemos muito do que compreendemos do mundo e de seu funcionamento. É por meio de uma Educação Ambiental e Climática que podemos constituir outras compreensões de mundo, criar outras formas de relação com a Terra e com o outro, e que podemos fertilizar a nossa imaginação, a nossa capacidade de criar outras imagens, outros mundos e novos pactos entre humanos e não humanos.

Nesse sentido, nós estamos trabalhando na produção de dois conjuntos de materiais por meio da ação de extensão Filosofia e Educação Ambiental e Climática.

O primeiro material é um box com três livretos direcionado a profissionais da Educação Básica, com o intuito de sistematizar orientações sobre como agir diante de eventos climáticos ou meteorológicos extremos. Os livretos funcionam como um recurso prático e teórico para os profissionais da educação, auxiliando no suporte emocional e psicológico das vítimas — tanto em abrigos emergenciais quanto no retorno às atividades escolares. A fundamentação teórica baseia-se em pesquisadores da área do trauma, como Peter Levine (2022) e Van der Kolk (2020), além de sistematizar práticas de organizações humanitárias, como a *Pedagogia de Emergência* (Ruf, 2021). Dessa forma, o material busca capacitar o corpo docente com estratégias que auxiliem na mitigação de sintomas pós-traumáticos e que promovam o bem-estar de seus educandos.

O box está dividido em três volumes, cada um focado em uma etapa do processo de acolhimento.

O Volume I: "O que aconteceu?" inicia com uma breve apresentação e contextualização do projeto. Respondendo à pergunta que lhe dá título, o livreto traz informações sobre as reações biopsíquicas e o processo pós-traumático que podem surgir após um evento extremo, finalizando com um resumo esquemático dos conteúdos abordados.

O Volume II: “E agora? O que posso fazer?” conta com dois capítulos estruturados a partir desse questionamento. O primeiro detalha possíveis sintomas e manifestações psicossomáticas em crianças e jovens de 0 a 21 anos após um evento climático extremo. O segundo oferece diretrizes para o acolhimento durante as situações de emergência e no período subsequente, apresentando formas de mitigar os impactos gerados. Este volume também conta com um resumo esquemático ao final.

Por fim, o Volume III: “Como posso fazer?” foca na ação prática. O texto explora os benefícios terapêuticos de diferentes atividades para a prevenção e o manejo de sintomas. Além disso, reflete sobre o papel assumido pelos espaços educativos diante de emergências e discute como a comunidade escolar pode se preparar para eventos futuros. A obra encerra com sugestões práticas de atividades, jogos e brincadeiras voltados à promoção da saúde e do bem-estar.

Já a segunda proposta de material é voltada diretamente à Educação Ambiental e Climática com foco em crianças e jovens. Trata-se de um jogo de cartas composto por frases extraídas de programas de rádio, *podcasts*, jornais e mídias sociais que fazem referência a eventos climáticos e meteorológicos extremos. Cada carta apresenta, na frente, uma arte que ilustra uma das falas registradas e, no verso, perguntas elaboradas para problematizar o enunciado. Entre as frases que compõem o jogo, estão: “A chuva insiste em cair sobre o Vale do Taquari”; “O pecado é a causa de todas as catástrofes que acometem a humanidade”; “O Rio Grande do Sul tem sido vítima, nos últimos anos, de eventos climáticos extremos”; “Mas as pessoas voltam para o mesmo lugar…” e “As chuvas podem atrasar a colheita da soja no Rio Grande do Sul”. A construção desse jogo surge da constatação de que discursos amplamente disseminados por diferentes mídias tendem a naturalizar os desastres socioambientais, transferindo a responsabilidade para a própria natureza, para a religião ou para o indivíduo, em detrimento das explicações científicas. Uma vez que as narrativas dos meios de comunicação constituem modos de pensar, o objetivo deste jogo é problematizar mentalidades que simplificam as relações entre humanos e não humanos, de modo a provocar a construção de narrativas mais complexas, críticas e criativas.



Figura 1 – Carta do jogo que ilustra a frase “o pecado é a causa de todas as catástrofes que acometem a humanidade”.

Fonte: Ilustrada pela autora Caroline Haas (2025).

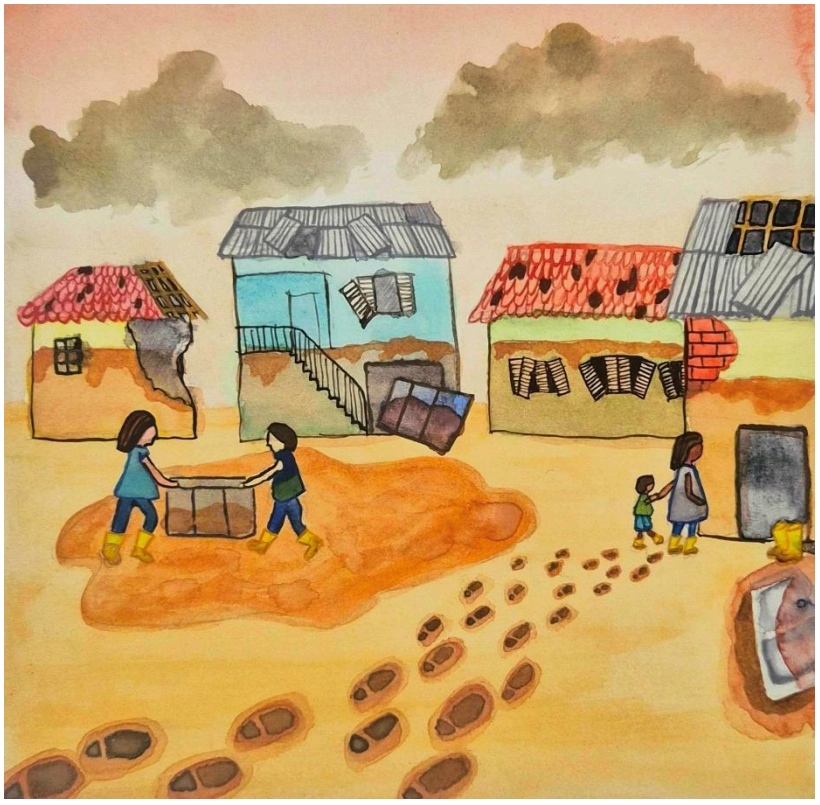


Figura 2 – Carta do jogo que ilustra a frase “mas as pessoas voltam para o mesmo lugar”.

Fonte: Ilustrada pela autora Caroline Haas (2025)



Figura 3 – Carta do jogo que ilustra a frase “a árvore do condomínio foi cortada pois fazia muita sujeira”.

Fonte: Ilustrada pela autora Caroline Haas (2026).

Com as enchentes de maio de 2024, presenciamos estragos, danos e a destruição de muitas escolas. No entanto, mais do que isso, pudemos acompanhar os prejuízos e os transtornos causados pela ausência da rotina escolar na vida dos estudantes e de suas famílias. O que testemunhamos, sem dúvida, foi a centralidade das instituições de ensino na organização da população. Em cenários de eventos extremos, a importância das escolas para suas comunidades fica ainda mais evidente, tanto por se transformarem em abrigos temporários quanto pelo fato de crianças e jovens ficarem semanas ou meses sem aulas devido a interrupções e perdas materiais.

Os professores e demais profissionais da educação atuam desde o acolhimento inicial e a limpeza até a reconstrução, a busca ativa de estudantes e a retomada das aulas.

Uma escola nunca foi apenas um local de ensino e aprendizagem; é, antes, um espaço-tempo de encontros, criação e subjetivação. Um trabalho consistente, consciente e ativo em Educação Ambiental e Climática pode nos motivar, como comunidade escolar, a buscar novas maneiras de viver e outras formas de pensar e agir, reativando nossas ancestralidades comunitárias. Em um bairro, a escola significa muito mais do que um prédio ou uma instituição. Os professores são, frequentemente, agentes atentos que conhecem as especificidades das famílias e lutam contra a evasão, a fome e diversas configurações de violência ou descaso. Ouvimos do gestor de uma escola do bairro Sarandi, em Porto Alegre, uma frase que sintetiza essa compreensão: “Em agosto, quando as pessoas do bairro viram que a escola ia voltar a funcionar, elas disseram: ‘Agora podemos voltar para o bairro’” (informação verbal)[7]. A semiótica desse relato age sobre o nosso imaginário de escola e nos devolve o que alguns grupos políticos tentam nos tirar: a certeza de que, mesmo em nossa sociedade neoliberal, individualista e excludente, a escola ainda é o lugar onde nossas crianças e jovens podem fazer amizades, estabelecer vínculos, aprender sobre suas próprias potências, exercitar o pensamento crítico e criativo e imaginar mundos possíveis. Fortalecer a escola é resistir.

Bibliografia

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Relatório Final da Subcomissão Especial para Acompanhar os Impactos da Tragédia Ambiental sobre a Comunidade Educacional do Rio Grande do Sul**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/subcomissoes/anos-anteriores/subcomissoes-2024/subrs. Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova relatório com sugestões para diminuir impactos de desastres climáticos na educação**. Agência Câmara de Notícias, 23 jun. 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1171882-comissao-aprova-relatorio-com-sugestoes-para.

FESTIVAL CÂMERA CAUSA NA ESCOLA, 2., 2025, Porto Alegre. **Festival Câmera Causa na Escola #2**. 2025. Disponível em: https://bit.ly/festivalcameracausa2. Acesso em: 7 out. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras, 2019.

LEVINE, Peter. **O Despertar do Tigre**: Curando o Trauma. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Atualização dos serviços de infraestrutura do RS — 25/5, 18h**. 25 maio 2024. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br/atualizacao-dos-servicos-de-infraestrutura-do-rs-25-5-18h. Acesso em 7 out. 2026.

RUF, Bernd. **Destroços e Traumas**: Embasamentos antroposóficos para intervenções com a pedagogia de emergência. 3. ed. São Paulo: Antroposófica, 2021.

VAN DER KOLK, B. A. **O corpo guarda as marcas**: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

Recebido em: 15/02/2026

Aceito em: 15/09/2026

---

[1] Professora de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS. E-mail: rosanafernandes.edu@gmail.com

[2] Pós-graduanda em Pedagogia de Emergência e Trauma na Faculdade Rudolf Steiner/FRS. E-mail: bealucio@uol.com.br

[3] Graduanda em Artes Visuais no Instituto de Artes/UFRGS. E-mail: cah.haas@gmail.com

[4] [5] [6] [7] Relatos de alunos, alunas e gestor escolar enviados por e-mail e mensagens de WhatsApp.